



**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Procuradoria da FEAM**

Manifestação – PA nº 00165/1998/004/2005 – Café Itau Ltda.

AO NAI

Em atendimento à solicitação de fls. 123 v, dos autos do processo administrativo em referência, esta Procuradoria se manifesta nos termos a seguir esposados.

Verifica-se que o autuado apresentou defesa tempestiva, às fls. 07 a 41, cujos termos foram apreciados em Pareceres Técnico e Jurídico, fls. 43A e 44, e 45e 46, respectivamente. No Parecer Jurídico, datado de 11/02/2008, foi determinado o encaminhamento dos autos à URC Sul de Minas para julgamento, com a recomendação de arquivamento do processo, em relação à infração gravíssima prevista no artigo 19, §3º, I, do Decreto nº 39424/98, ante o argumento de que o empreendimento, na data de elaboração do parecer, já possuía a licença ambiental.

Foram os autos enviados a SUPRAM Sul de Minas que, por meio do Ofício de fls. 48, datado de 10/03/2008, os devolveu à FEAM para retificação do parecer jurídico, tendo sido sugerido o cancelamento da recomendação de arquivamento e aplicação do benefício da redução de 50% do valor da multa, ante a obtenção da licença ambiental.

Desta forma, os autos foram devolvidos à FEAM e elaborado, em 15/19/2008, o Parecer Jurídico de fls. 49, no qual foi recomendada a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$53.206,06, com a redução de 50%, nos termos do artigo 1º, III, “c” da DN COPAM nº 27/98, alterada pela DN COPAM nº64/2003 c/c artigo 21, §6º, do Decreto nº 39424/98.

Foram encaminhados os autos à SUPRAM Sul de Minas em 08/09/2008, para julgamento do auto de infração e, na Reunião Ordinária da URC do Sul de Minas de 03/11/2008, foi apreciada a defesa e aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 53.206,06, com redução de 50%, tendo em vista obtenção de licença, perfazendo a multa o valor de R\$ 26.603,03.

Notificada a autuada da decisão, apresentou Recurso às fls. 59 e seguintes, no qual alegou, entre outros argumentos, ter sido emitida a decisão por autoridade incompetente, considerando-se os termos do artigo 37, §2º, do Decreto nº 44.844/2008. Considerando-se que o auto foi lavrado por servidor da FEAM, deveria, no seu entender, ter sido apreciada a defesa pelo Presidente da FEAM.





PROCESSO Nº: 00165/1998/004/2005

ASSUNTO: AI Nº 3234/2005, INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA, PORTE GRANDE.

INTERESSADO: CAFÉ ITAÚ LTDA.

## PARECER JURÍDICO

### I - RELATÓRIO

A Café Itaú Ltda. foi autuado como incurso no artigo 19, § 3º, inciso I do Decreto 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto 43.127/02, pela seguinte irregularidade: "ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, com constatação de poluição ou degradação ambiental, uma vez que também aumentou o número de empregados sem ter conseqüentemente, instalado sistema de tratamento dos efluentes sanitários."

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa devidamente notificada apresentou sua defesa tempestivamente, alegando em síntese:

- que a empresa obteve da FEAM Licença de Operação sem condicionantes válida até 09 de novembro de 2005;
- foi protocolado FCEI que gerou FOB onde estava discriminada a documentação necessária para a Revalidação da LO;
- em 25 de Julho foi protocolada documentação onde descreve ampliações de edificação e modificações de equipamentos;
- em 02 de agosto a FEAM devolveu documentos devido irregularidades;
- que em 22 de agosto foi realizada reunião nas dependências da FEAM visando esclarecimentos da formalização do processo de revalidação da LO;
- que em 24 de agosto foi apresentado o RADA com pedido de renovação da LO, motivo gerador da vistoria realizada conforme Relatório de Vistoria 12.227/2005 elaborado pela área técnica da FEAM;
- que segundo o § 4º do artigo 19, somente estará caracterizada se não houver formalização de pedido de Licença de Operação (LO), e que quando da vistoria, não só a LO estava dentro do prazo de validade como havia sido solicitado sua revalidação;





- que não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

## II – ANÁLISE JURÍDICA

Conforme Parecer Técnico DIALE Nº 9/2007, o empreendimento obteve Licença de Operação LO, em 09.09.1999 de acordo com o processo FEAM/COPAM Nº 165/1998/003/2005, com condicionantes e com validade até 09.11.2005. Em 29.08.2005, formalizou o processo de revalidação da LO. Como houve ampliação da produtiva de 90 t/mês para 250 t/mês sem Licença, o processo foi reorientado para Licença de Operação Corretiva- LOC em 16.11.2005. Obteve a LOC em 25.07.2006, de acordo com o processo FEAM/COPAM Nº 00165/1998/003/2005, com condicionantes e prazo de validade até 25.07.2010.

Ademais, informa área técnica, fl. 44 dos autos, que, as alegações apresentadas são inconsistentes tecnicamente, pois o empreendimento ampliou a capacidade instalada de 84 t/mês para 250 t/mês, sem comunicar a FEAM. Além disso, o lançamento de efluentes na rede pública não é permitido, uma vez que o município de Perdões não possui Estação de Tratamento de Efluentes.

O empreendimento Obteve Licença de Operação em 25.07.2006, conforme processo nº 165/1998/003/2005.

Verifica-se que o processo foi encaminhado para decisão da URC Sul de Minas, que em 03.11.2008 decidiu pela aplicação de multa no valor de R\$ 53.206,06, reduzida em 50 % (cinquenta por cento), totalizando o valor de R\$ 26.603,03, nos termos do artigo 1º, III, "c" da DN COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM nº 64/2003 c/c artigo 21, § 6º do Decreto 39.424/98.

Notificado o autuado da decisão proferida pela URC Sul de Minas, o mesmo em sua peça Recursal, alega, entre outros argumentos, a incompetência da autoridade competente para julgamento da defesa apresentada.

Procedente alegação, uma vez que, quando da decisão da URC Sul de Minas, já vigorava o Decreto Estadual 44.844/2008, conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 37:

Art. 37. Finda a instrução, o processo será submetido à decisão pelo órgão ou entidade responsável pela autuação, nos termos deste Decreto.

(...)

§ 2º Nos casos de autuação pelos servidores credenciados lotados na FEAM, no IEF ou no IGAM, os processos serão decididos pelo Presidente da FEAM, pelo Diretor-Geral do IEF ou pelo Diretor-Geral do IGAM, os quais poderão delegar expressamente essas competências, sendo vedada subdelegação.

(...)





A Administração Pública possui o poder de Autotutela sobre seus atos e agentes, podendo anular, revogar ou alterar os seus próprios atos, quando eivados, conforme consagrado na Súmula nº 346 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, tem-se que o Decreto 44.844/2008, em seu art.96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.06.2008, data da publicação do Decreto 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, por ser mais benéfica.


A multa deverá ser alterada de R\$ 53.206,06 para R\$ 50.001,00, reduzida em 50% (cinquenta por cento), perfazendo o valor total de R\$ 25.000,50 (vinte cinco mil e cinquenta centavos).

**Em face do exposto**, remetemos os autos à URC/COPAM Sul de Minas e sugerimos, no exercício do Poder de Autotutela da Administração Pública, o cancelamento da decisão proferida em 03.11.2008 (fl.51), com fulcro no artigo 64 da Lei nº 14.184/2002 e na Súmula 473 do STF.

Posteriormente ao cancelamento, recomendamos o envio dos autos ao Presidente da Feam, para manutenção da penalidade de multa aplicada, reduzida em 50 %, totalizando o valor de R\$ 25.000,50 (vinte cinco mil reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 96 do Decreto 44.844/2008.

É o parecer, *sm.j.*

Belo Horizonte, 24 de novembro 2015.

  
Glaucia Dell'Arete Ribeiro  
MASP 1.280.447-2